

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.130 - SP (2019/0275665-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **MIGUEL CALMON MARATTA**
AGRAVANTE : **CARLA MARIA MELLO LIMA MARATTA**
ADVOGADO : **CARLA MARIA MELLO LIMA MARATA - SP112107**
AGRAVADO : **CONDOMINIO COMERCIAL PRACA CAPITAL**
ADVOGADO : **MARCUS VINICIUS TEIXEIRA BORGES - SP257708**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Embargos à execução.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão da ausência do preenchimento dos requisitos ensejadores da oposição de embargos à execução (consubstanciados no excesso de execução), tendo em vista a não apresentação do demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MIGUEL CALMON MARATTA e CARLA MARIA MELLO LIMA MARATTA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 14/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 12/11/2019.

Ação: embargos à execução, opostos pelos agravantes, em face de CONDOMINIO COMERCIAL PRACA CAPITAL, nos quais sustentam excesso de execução, eis que no cálculo do credor foram de forma errônea incluídos honorários advocatícios de 10%, além daqueles fixados pelo juiz nos termos do art. 827 do CPC/15, bem como não foram abatidos valores já pagos.

Sentença: rejeitou liminarmente os embargos à execução fundados em excesso de execução, sem resolução do mérito, nos termos do art. 917, § 4º, do CPC/15, em virtude da não declaração por partes dos agravantes/embargantes do valor da dívida que entendem correto e da não apresentação do demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - Interposição contra sentença que rejeitou liminarmente embargos à execução, opostos com fundamento no excesso de execução. Sentença devidamente fundamentada. Preliminar de nulidade rejeitada. Embargos fundados exclusivamente no excesso de execução. Caso em que o embargante deve apontar, na petição inicial, o valor correto ou apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo. A falta do preenchimento dos requisitos implica na rejeição liminar dos embargos. Exegese do artigo 917, § 3º e 4º do Código de Processo Civil/2015. Sentença mantida.

Apelação não provida. (e-STJ, fl. 189)

Recurso especial: alega violação dos arts. 8º, 489, 914 e seguintes, e 917, §§ 3º e 4º, todos do CPC/15. Sustenta:

i) a existência de fundamentação deficiente no bojo do acórdão recorrido; e

ii) a ocorrência de excesso de execução na situação em análise, devidamente comprovada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015, nos termos da Súmula 568/STJ (AgInt no AREsp 1.121.206/RS, 3ª Turma, DJe 01/12/2017; AgInt no AREsp 1.151.690/GO, 4ª Turma, DJe 04/12/2017).

A esse propósito, é o teor do acórdão recorrido:

Observa-se que **a sentença de mérito, por sua vez, apresenta a motivação suficiente para a rejeição liminar nos embargos, com suporte na legislação processual civil em vigor, o que afasta as alegações de ausência de fundamentação e violação ao disposto pelo artigo 489 do Código de Processo Civil e ao estabelecido no artigo 93, IX, da Constituição Federal.** (e-STJ, fl. 190/191)

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 8º e 914, ambos do CPC/15, indicados como violado, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, portanto, a Súmula 282/STF.

- Da fundamentação deficiente

Em relação à utilização da expressão "e seguintes" nas razões do recurso especial em análise, em sequência ao art. 914 do CPC/15, mostra-se incabível seu uso, tendo em vista ser condição de admissibilidade recursal a especificação do dispositivo infraconstitucional tido por violado. Dessa forma, é inviável a análise do presente recurso ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão da ausência do preenchimento dos requisitos ensejadores da oposição de embargos à execução (consubstanciados no excesso de execução), tendo em vista a não apresentação do demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo,

exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

A esse propósito, é o teor do acórdão recorrido:

Com efeito, nota-se que, de fato, os embargos de fls. 01/09 estão fundados, exclusivamente, no excesso de execução, sem que os embargantes, no entanto, tivessem cumprido a disciplina legal, que os impõe, em tal situação, e de forma taxativa, o ônus de apontar o valor correto ou de apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo. (e-STJ, fls. 191) (grifo nosso)

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo, para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora